



DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) PARA ATENDER OS TRABALHADORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE ILHÉUS E ITABUNA NA BAHIA

CHALLENGES OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION (EPT) TO SERVE RURAL WORKERS IN THE MUNICIPALITIES OF ILHÉUS AND ITABUNA IN BAHIA

Liliam Santos Ferreira – Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) E-mail: liliamambiental18@gmail.com

Lucas Britto Landim – Doutor em Engenharia Industrial (UFBA) E-mail: lucas.landim@ifbaiano.edu.br



Trilhas está licenciada sob a licença **Creative Commons Attribution 4.0 International License**.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Área temática: **Ciências Agrárias**

INTRODUÇÃO

O termo “Pesticidas” nada mais é que a tradução de “*Pesticides*”, mais conhecidos em nosso país como agrotóxicos, descrito pela Lei 7.802 de 1989 (Brasil, 1989). Estes produtos são classificados quanto ao organismo alvo e grupo químico, por exemplo, inseticidas, herbicidas, acaricidas, nematocidas, etc. Além disso, eles recebem a classificação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de acordo do ponto de vista de seus efeitos agudos (EMBRAPA, 2014).

A maioria dos trabalhadores rurais dos municípios de Ilhéus e Itabuna, no estado da Bahia, usa algum tipo de agrotóxico em suas atividades, sendo o *Roundup* o mais comum, onde eles preparam e aplicam sem ter uma formação profissional.

Contudo, sabe-se que esses trabalhadores têm conhecimento de técnicas que possibilitam executar seu trabalho, partindo do pressuposto que da mesma maneira que a agricultura se desenvolveu independente de ter uma ciência, a agronomia surgiu bastante tempo depois e teve que conviver interativamente com as técnicas agrícolas. As técnicas agrícolas desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (Allain, Wollinger Apud Sigaut, 1985).

Segundo Wollinger (2016), a técnica é um objeto externo ao ser humano que passou a ser uma propriedade sua, uma capacidade, um potencial. Já o trabalho é um exercício



social da técnica. Apesar dos avanços das técnicas agrícolas, ainda existem problemas que impedem o acesso da população do meio rural a ter acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Atualmente, um dos problemas bastante preocupante na agricultura é o trabalho infantil que dificulta a permanência na escola. Constatou-se que o trabalho infantil agrícola ocorre principalmente com crianças e adolescentes do sexo masculino (36,44%), porém, a taxa de ocorrência não é desprezível entre as meninas (13,49 %) (Dos Santos e Kassouf, 2019).

Uma realidade bastante frequente nos ambientes rurais brasileiros é os trabalhadores terem apenas o ensino fundamental incompleto e não receberem assistência técnica, sendo que é comum eles realizarem suas tarefas sem nenhum treinamento, não lerem os rótulos, nem as bulas dos pesticidas.

De acordo com dados do Censo Agropecuário 15,6% dos produtores que utilizam agrotóxicos não sabem ler e escrever, e destes, 89% declararam não ter recebido orientação técnica. Dos que sabiam ler e escrever e utilizaram agrotóxicos, 69,6% possuíam, no máximo, o ensino fundamental (1.170.784 de trabalhadores rurais) e destes, apenas 30,6% declararam ter recebido orientação técnica (IBGE, 2017).

Segundo Mendes, Oliveira e Vasconcelos (2021), as principais vantagens para os jovens permanecerem no meio rural são o vínculo familiar, as melhorias de condições de trabalho e de renda, e a realização de uma gestão compartilhada entre pais e filhos. Contudo, outros fatores são considerados desfavoráveis, como existência de conflitos, processo sucessório tardio e sem planejamento, e a falta de políticas públicas para estimular a agricultura familiar.

Apesar de existirem algumas vantagens para os jovens trabalharem na agricultura, os desafios são constantes, pois eles precisam de apoio, incentivo aos estudos e capacitação profissional.

Vale destacar que as altas taxas de abandono e evasão no ensino técnico brasileiro têm como um dos principais fatores a falta de motivação no processo de aprendizagem (Duarte, Fontes Apud Linke e Nogueira, 2019).

Conforme Pelissari, Silva e Steimbach (2013), a procura aos cursos técnicos por jovens se deve a formação de qualidade superior, profissionalização em áreas que representam certo *status* ou, ainda, maior chance de conseguir empregos. Os jovens das classes populares empreendem uma dura e desprotegida luta que combina trabalho e permanência na escola.

Contudo, é preciso dizer que nesse quadro de crescentes incertezas e de diminuição das margens de previsibilidade de futuro, jovens, ainda que não renunciem à escola, desconfiam da força dos diplomas e da validade dos saberes escolares formais na busca pelo trabalho. E, em especial, almejam trabalhos protegidos não apenas pela existência da carteira assinada, mas também que seja um trabalho fixo que lhes permita remuneração e tempo livre suficientes para viver a vida (Brenner e Carrano, 2023).

Os empecilhos apresentados refletem na formação dos trabalhadores rurais, a exemplo, trabalho infantil na agricultura, desafios para permanecer na escola, falta de formação profissional técnica, falta de estímulo aos estudos, dificuldades financeiras, etc. Então, esses fatores interferem no dia a dia de muitos trabalhadores rurais, uma vez que muitos não conseguem ler e escrever, alguns lêem, mas possuem dificuldades de interpretação, por isso se baseiam nas informações de familiares e colegas para usarem os agrotóxicos, dispensando orientação técnica.



Diante do contexto, esse trabalho tem como objetivo relatar uma experiência vivenciada com os trabalhadores rurais dos municípios de Ilhéus e Itabuna, na Bahia, sobretudo aqueles que trabalham diretamente com agrotóxicos, para saber se esses possuem ou tiveram acesso a uma EPT. Para tal, foram abordados alguns pontos: os trabalhadores rurais têm conhecimento da periculosidade dos agrotóxicos a saúde e ao meio ambiente? Como ocorre a logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos? Obedecem às normas regulamentadoras de segurança (o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual)? Quais os saberes técnicos para suas atividades? Quais as dificuldades encontradas devido a falta de uma formação profissional? Quais são os desafios da EPT para atender os trabalhadores rurais?

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um relato de experiência vinculado ao projeto “Percepção de risco e uso de equipamento de proteção individual pelos agricultores dos municípios de Ilhéus e Itabuna-Bahia”, sendo este uma pesquisa de mestrado da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

O relato da vivência apresenta as experiências adquiridas durante a pesquisa, onde tive a oportunidade de participar ativamente no delineamento de ações que atendessem às necessidades específicas dos trabalhadores rurais que manipulavam agrotóxicos. A organização, o planejamento e a execução das atividades com os grupos de trabalhadores rurais eram sob minha responsabilidade.

Entre setembro a outubro de 2023, tive a oportunidade de conhecer trabalhadores rurais do assentamento Frei Vantuy, em Ilhéus-BA, e da Fazenda Alemita, em Itabuna-BA.

Durante esse período, foram observadas as características socioeconômicas desses trabalhadores rurais e a exposição ocupacional a agrotóxicos, incluindo os produtos utilizados, frequência de uso, percepção de risco, práticas adotadas durante a manipulação de agrotóxicos, além de qual a destinação era dada para as embalagens vazias.

Foram realizadas ações de extensão, onde aconteceu uma palestra sobre “logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos”, além de um minicurso de “como usar Equipamentos de Proteção Individual (EPI)”.

A criação de vínculos de confiança, a construção compartilhada e coletiva de todos os envolvidos, a interação efetiva e afetiva com os trabalhadores rurais foram resultados conquistados com esse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores rurais dos municípios de Ilhéus e Itabuna, na Bahia, mostraram conhecimento prévio dos agrotóxicos, que foi constituído através dos ensinamentos de familiares, de colegas, treinamentos rápidos e experiências do dia a dia de trabalho. Desse modo, mesmo sem ter uma formação profissional e ter pouca instrução, muitos deles possuem apenas o ensino fundamental incompleto, mas conseguem exercer suas atividades de preparação e aplicação de agrotóxicos.

Esses trabalhadores possuem dúvidas sobre problemas de saúde ocasionados pelo



uso de agrotóxicos, não conseguem identificar quais os sintomas de intoxicação, apenas procuram atendimento médico em casos graves de emergência, quando há intoxicação aguda. Em relação a periculosidade ambiental, eles não têm noção dos riscos de contaminação ao solo, ao ar, aos recursos hídricos, aos animais, etc.

As embalagens vazias de agrotóxicos são queimadas, enterradas, jogadas no lixo comum ou até mesmo reutilizadas, algo bastante perigoso. Esses trabalhadores não realizam a logística reversa correta descrita na Resolução CONAMA nº 465/2014 (Brasil, 2014). Eles não conheciam o trabalho da Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas do Sul da Bahia (ARISBA) em Ilhéus, que é a unidade de recebimento dessas embalagens.

Os EPIs são usados de maneira incorreta, desobedecendo a Norma Regulamentadora N°6 (NR 6) que estabelece as disposições relativas aos Equipamentos de Proteção Individual – EPI (Brasil, 2023). Os trabalhadores rurais que teve contato negligenciam o uso dos EPIs na preparação do agrotóxico, o que torna um alto risco de intoxicação, e geralmente utilizam alguns equipamentos de proteção individual apenas durante a aplicação. Além disso, apontaram o desconforto térmico e o alto custo de aquisição como fatores que dificultam o uso destes equipamentos.

Embora tenham domínio de algumas técnicas agrícolas como manusear a dosagem dos agrotóxicos, conhecer a função deles, as pragas que afetam as culturas, existe algumas dificuldades devido à falta da qualificação profissional, pois desrespeitam o prazo de validade dos EPIs; a quantidade de lavagens; não conhecem o Certificado de Aprovação (CA) dos EPIs; não lêem a bula e rótulo; e não realizam consulta técnica.

Foi observado que os trabalhadores possuem alguns hábitos não recomendados, podendo citar: parar a atividade para comer e/ou beber água e/ou fumar, sem higienizar as mãos. Normalmente, após a aplicação do agrotóxico, eles costumam ingerir leite, suco de limão ou bebidas alcoólicas com o propósito de desintoxicar o organismo.

Essa experiência também visou proporcionar benefícios a esses trabalhadores rurais ao contribuir com informações relevantes e treinamentos no Assentamento Frei Vantuy, em Ilhéus-BA, e na Fazenda Alemita, em Itabuna-BA, onde ocorreu uma palestra sobre “logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos” e um minicurso de “como utilizar os EPIs”. A Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas do Sul da Bahia (ARISBA), a Agro Tec 4.0 - Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação e a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) foram parceiros nessas ações.

Na oportunidade, foram entregues os livros: “Como devolver as embalagens com sobras de defensivos agrícolas regularmente fabricados e comercializados” e “Saiba como lavar e devolver suas embalagens vazias de agrotóxicos”, ambos de autoria do Instituto Nacional De Processamento De Embalagens Vazias (INPEV).

A vivência revela o quanto os produtores rurais precisam de acompanhamento de um profissional como um(a) técnico(a) agrícola ou, até mesmo, um(a) agrônomo(a), políticas públicas direcionadas para ajudá-los e fiscalização em suas atividades.

A EPT nesses locais é bem carente no acesso, permanência e êxito, visto que eles adquirem o conhecimento de maneira informal, foram observados diversos desafios entre eles, abandono escolar, trabalho infantil, preconceitos a EPT, dificuldades financeiras, etc.

O poder público tem um papel essencial em criar alternativas para estimular a formação profissional nessas comunidades, uma das sugestões é tentar romper o preconceito, por meio das instituições de ensino, levando informações acerca da importância da EPT nas



atividades dos trabalhadores rurais, inclusive criar mais Institutos Federais (IFs) com cursos relacionados à área rural.

REFERÊNCIAS

- ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo. **Livro conceitos fundamentais da EPT.** Tecnologia e outras ciências: proximidade e distinções. Ceará: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2016.
- BRASIL. Lei Nº 7.802 nº 3, de 11 de julho de 1989. Lei Nº 7.802, de 11 de Julho de 1989.
- BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Entre o Trabalho e a Escola: cursos de vida de jovens pobres. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, p. 1-19, 2023.
- EMBRAPA. Agrotóxicos. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/117159/1/Agrotoxicos.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- EMPREGO, Ministério do Trabalho e. **Perguntas e respostas sobre EPI.** Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/equipamentos-de-protecao-individual-epi/perguntas_e_respostas. Acesso em: 06 jul. 2024.
- ESTATÍSTICA, IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.
- FONTES, Marisa Aghetoni; DUARTE, António Manuel. Aprendizagem de estudantes do ensino técnico brasileiro: motivos, investimento e satisfação. **Educ. Pesq**, São Paulo, v. 45, p. 1-16, 2019.
- KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural **brasileiro**: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. **Economia Aplicada**, [s. /], v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.
- OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios a permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. /], v. 59, n. 2, p. 1-19, 2021.
- SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educ. Pesqui.**, [s. /], v. 39, n. 2, p. 403-417, 2013.



SÓLIDOS, Sistema Nacional de Informações Sobre A Gestão dos Resíduos. **Agrotóxicos, seus Resíduos e Embalagens**. Disponível em: <https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/agrotoxicos-seus-residuos-e-embalagens/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Recebido em: 16 jun 2025

Aprovado em: 05 fev 2026

Publicado em: 06 de jul 2026